



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de 04 (quatro) máquinas reprográficas, com o fornecimento de suprimentos (**inclusive tonner**) e manutenção corretiva e preventiva, para funcionarem no edifício-sede da Seção Judiciária de Roraima.

2. DA JUSTIFICATIVA

A opção da locação de máquinas reprográficas para Seção Judiciária de Roraima é essencial para o cumprimento da missão do Órgão, qual seja, a prestação jurisdicional, tanto nas unidades jurisdicionais quanto nas administrativas. E, é por esse recurso que se dá a reprodução fiel de todo tipo de documentos que instruem os feitos em tramitação em ambas as áreas.

A locação desses equipamentos, aliada à obrigatoriedade de assistência técnica e de manutenções preventiva e corretiva por parte da empresa locadora, além do privilégio de poder exigir a substituição de equipamentos defeituosos, é extremamente mais vantajosa para a Administração, que, não se vendo obrigada a gastar recursos com a manutenção de um parque de tais equipamentos, nem de substituí-los periodicamente por motivo de obsolescência tecnológica, tem, no cálculo da despesa, relevante economia de recursos financeiros no item obtenção de cópias reprográficas.

A franquia estimada pela Seção Judiciária é de 20.000(vinte mil) cópias mensais, somadas as quatro máquinas.

Caso ultrapassem a franquia de 20 mil cópias mensais, o excedente deverá ser cobrado por cópia, no valor de 90% da franquia, a ser definido na licitação.

3. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS

Quanto às máquinas, deverão ser observadas as características mínimas seguintes:

- a) velocidade mínima para cópia normal de, pelo menos, 40 cópias por minuto de papel tamanho A4 (transversal);
- b) frente e verso automático na cópia e na impressão;
- c) poder utilizar papel de gramatura de 75 g/m² a 90 g/m².
- d) tamanho mínimo do vidro de exposição: Ofício2
- e) capacidade de ampliar (zoom) em 200% (duzentos por cento) e reduzir em 50% (cinquenta por cento);
- f) uma gaveta de alimentação com capacidade para, pelo menos, 250 (duzentos e cinquenta) folhas de gramatura 75 g/m² e um alimentador manual de folhas;
- g) dispositivo (separador) ou sistema digital que a torne capaz de separar (cópias múltiplas);
- h) bandeja de saída do papel com capacidade para 100 folhas;
- i) alimentador automático de papel com capacidade de 20 folhas (recirculador);
- j) fornecimento dos suprimentos necessários ao seu regular funcionamento (**tonner**, revelador, cilindros, etc.), à exceção do papel, que será fornecido pela Contratante;

4. DA VIGÊNCIA

O Contrato terá vigência pelo período de 12 meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período ou fração, até o limite de 60 (sessenta) meses.

5. DA FINALIDADE

A finalidade do presente instrumento consiste em manter um serviço de fotocópias de documentos para uso, em serviço, de Magistrados, Servidores e usuários desta Seção Judiciária.

6. DAS PEÇAS

- a) Todas as peças substituídas deverão estar em perfeito funcionamento;
- b) Todas as peças que apresentarem defeito deverão ser substituídas às expensas da contratada;

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

Caberá à Contratada:

7.1- Possuir matriz, escritório, representante ou filial instalada no município de Boa Vista, durante todo o período de vigência contratual, com poderes suficientes para atender as necessidades do contrato. A empresa terá o prazo de 60 (sessenta) dias para cumprimento da solicitação acima, em caso de não ter matriz, escritório ou filial em Boa vista.

7.2- Apresentar ao executor do contrato a relação dos técnicos indicados para a prestação dos serviços, informando números de telefone, endereço de e-mail e nome do responsável para encaminhar solicitações de manutenção e de toner;

7.3- Instalar, às suas expensas, nos locais indicados e no prazo estabelecido, as máquinas objeto deste Termo de Referência, as quais deverão estar em perfeitas condições de uso e funcionamento, emitindo cópias em tom firme e intenso, sem falhas, marcas ou borrões, em toda a extensão útil do papel, apresentando capacidade de cópias compatível com a especificada pelo fabricante. Responsabilizar-se pelos custos decorrentes da instalação, manutenção, preventiva e corretiva, e/ou substituição dos equipamentos;

7.4- As máquinas serão instaladas na 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Varas Federais da Seção Judiciária de Roraima.

7.5- Prestar assistência técnica permanente, compreendendo serviços de manutenção preventiva e corretiva, conservação técnica, mecânica e operacional dos equipamentos locados, com reposição de quaisquer peças, sem ônus para a CONTRATANTE, de modo a mantê-los em permanente, plena e eficaz capacidade produtiva.

7.6- Atender aos chamados de visita técnica e colocar o(s) equipamento(s) defeituoso(s) em funcionamento no prazo máximo de 4 (quatro) horas, simultaneamente, no período compreendido entre as 9 horas e as 18 horas, contado do recebimento da solicitação via telefone ou email;

7.7- Na hipótese de o prazo a que alude o subitem anterior esgotar-se após as 18 horas, o atendimento e a colocação do(s) equipamento(s) defeituoso(s) em funcionamento deverá ocorrer até as 12 horas do dia útil subsequente, ou, conforme exigir o interesse da Administração, em horário indicado pelo executor do contrato.

7.8- Submeter à avaliação do executor do contrato, no transcurso do prazo a que alude o subitem 7.8, pedido de dilação deste, acompanhado de justificativa fundamentada por escrito, sempre que o conserto do(s) equipamento(s) demandar tempo superior para a solução do(s) problema(s) detectado(s).

7.9- Facultar à CONTRATANTE exigir a substituição de equipamento(s) por outro(s) de mesmo modelo, características e de primeiro uso, se, em um período de 30 (trinta) dias corridos, ocorrerem, para qualquer deles, mais de cinco chamadas para assistência técnica, independentemente do problema apresentado.

7.10- Substituir por outro de mesmo modelo, características e de primeiro uso, no prazo máximo de 24

(vinte e quatro) horas, sempre que a CONTRATANTE julgar necessário e/ou a pedido do executor do contrato, o equipamento que não atender às exigências contratuais.

7.11- Responsabilizar-se pelo desligamento, transporte, guarda e reinstalação de quaisquer equipamentos que necessitem de remoção para oficina ou de instalação em outro local das dependências da CONTRATANTE, sem qualquer ônus para esta.

7.12- Instalar e/ou remanejar, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da solicitação, o(s) equipamento(s) indicado(s) pelo executor do contrato, sempre que a CONTRATANTE julgar necessário, devendo esses serviços ser efetuados durante o horário de expediente (entre 9 horas e 18 horas).

7.13- Fornecer, durante toda a vigência do contrato, sem ônus para a CONTRATANTE, todos os materiais a serem utilizados nos equipamentos locados, tais como: cilindro, revelador, tonalizador, grampo, lâmina de limpeza e demais itens que se fizerem necessários para o pleno funcionamento das máquinas, com exceção do papel.

7.14- Comprovar, no prazo improrrogável de 24 (vinte e quatro) horas, sempre que assim exigir a CONTRATANTE, a procedência dos materiais/suprimentos fornecidos.

7.15- Efetuar, no último dia útil de cada mês, sempre acompanhado do executor do contrato, ou de servidor por ele indicado, que será o responsável pela atestação das faturas, a leitura da quantidade de cópias reproduzidas no mês pelas copiadoras, remotamente, nas dependências da CONTRATANTE, por meio de sistema de gerenciamento de cópias, registrando-a em documento que encerre a identificação do equipamento, as datas do período aferido e suas respectivas quantidades.

7.16- Emitir relatórios mensais das copiadoras locadas, nos quais deverão constar, obrigatoriamente, a quantidade de cópias extraídas no mês de referência, bem como o crédito da franquia para o mês subsequente.

7.17- Apresentar as notas fiscais/faturas correspondentes aos equipamentos acompanhadas das fichas mensais de leitura, nas quais deverá constar a assinatura do executor do contrato, sem o que não serão aceitas.

7.18- Arcar com despesas de locomoção, estada e alimentação de seus técnicos durante as visitas cobertas pelo contrato.

7.19- Os técnicos da empresa, deverão utilizar identificação por crachá e/ou uniforme, quando na prestação de serviços de manutenção preventiva e/ou corretiva nos equipamentos locados pela CONTRATANTE;

7.20- Fornecer aos seus técnicos as ferramentas e os instrumentos necessários à execução dos serviços, bem como produtos e materiais indispensáveis à limpeza e à manutenção dos equipamentos locados.

7.21- Treinar os servidores / terceirizados que operarão as máquinas reprográficas para o correto e eficaz manuseio dos equipamentos;

7.22- Comunicar ao Representante da Administração qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

7.23- Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando de execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante. Responsabilizar-se, ainda, por danos causados diretamente a qualquer bem de propriedade do Contratante, quando estes tenham sido ocasionados por seus técnicos durante a execução dos serviços contratados;

7.24- ser responsável, em relação aos seus técnicos, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços de manutenção tais como:

I - salários;

II - seguro de acidentes;

III - taxas, impostos e contribuições;

IV - indenizações;

V - vales-transporte;

VI - vales-refeição;

VII - outras que porventura venham a ser criadas pelo governo.

7.25- assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhistas em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus técnicos não manterão nenhum vínculo empregatício com o Contratante. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes deste contrato.

7.26- manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação exigidas por Lei.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Caberá ao Contratante:

8.1- Designar executor do contrato, que ficará responsável pela sua fiscalização;

8.2- Comunicar à Contratada da necessidade de reparo das máquinas, fornecendo-lhe os dados e esclarecimentos necessários acerca do fato;

8.3- Acompanhar e fiscalizar com rigor a substituição e a qualidade de qualquer peça;

8.4- Permitir o livre acesso dos técnicos da Contratada aos locais onde estarão as máquinas reprográficas, quando solicitado, para o devido atendimento e cumprimento dos serviços objeto do contrato;

8.5- Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da Contratada;

8.6- Responsabilizar-se pelos prejuízos causados aos equipamentos, por operação imprópria ou mau uso de terceiros.

8.7- Receber a nota fiscal juntamente com os documentos necessários e realizar o crédito bancário no prazo estabelecido, obedecidas as condições pactuadas.

8.8- Não permitir que pessoas estranhas à CONTRATADA abram, examinem ou provoquem qualquer modificação nas máquinas.

8.9- Disponibilizar a mão-de-obra necessária à operação dos equipamentos para a extração de cópias e impressões.

09. DO PREÇO

Pela realização plena da presente locação, a Locatária pagará um valor fixo a ser determinado por licitação.

O valor do presente contrato é o resultado do valor mensal multiplicado pelo número de meses. Nesses valores já estarão previstos todas as despesas, inclusive o fornecimento dos suprimentos necessários ao seu regular funcionamento (**tonner**, revelador, cilindros, etc...), à exceção do papel, que será fornecido pela Contratante. Assim, o valor mensal será fixo, não importando a quantidade de cópias ou de toner utilizado.

No preço apresentado deverão encontrar-se computadas todas as despesas com: treinamento, garantias, manutenção (preventiva e corretiva), mão-de-obra, visitas técnicas, equipamentos, **tonner**, e materiais necessários, ferramentas, bem como todos os impostos, os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, gastos com transporte, embalagens, prêmio de seguro, fretes, taxas e outras despesas, de qualquer natureza que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto desta contratação, já deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos.

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

A apresentação, pela contratada, dos valores relativos ao preço, deverá se dispor na cotação da seguinte forma, para avaliação do pregoeiro: Valor Unitário por máquina com a franquia incluída; Valor global das

quatro máquinas com a franquia incluída; Valor da cópia pela franquia; Valor da cópia excedente (90% do valor da cópia pela franquia).

Item	Qtd	Unid	Especificação	Valor Unitário por máquina	Valor global (04 máquinas)	Valor da franquia (cópia)	Valor do excedente (cópia) 90% do valor da franquia
------	-----	------	---------------	----------------------------	----------------------------	---------------------------	---

01	04	Máquinas	<p><i>Copiadoras, com as seguintes características mínimas:</i></p> <p>a) velocidade mínima para cópia normal de, pelo menos, 40 cópias por minuto de papel tamanho A4 (transversal);</p> <p>b) frente e verso automático na cópia e na impressão;</p> <p>c) pode utilizar papel de gramatura de 75 g/m² a 90 g/m².</p> <p>d) tamanho mínimo do vidro de exposição: Ofício 2.</p> <p>e) capacidade de ampliar (zoom) em 200% (duzentos por cento) e reduzir em 50% (cinquenta por cento);</p> <p>f) uma gaveta de alimentação com capacidade para, pelo menos, 250 (duzentas) folhas de gramatura 75 g/m² e um alimentador manual de folhas;</p> <p>g) dispositivo (separador) ou sistema digital que a torne capaz de separar (cópias múltiplas);</p> <p>h) bandeja de saída do papel com capacidade para 100 folhas;</p> <p>i) alimentador automático de papel com capacidade de 20 folhas (recirculador);</p> <p>j) fornecimento dos suprimentos necessários ao seu regular funcionamento (<i>tonner</i>, revelador, cilindros, etc.), à exceção do papel, que será fornecido pela Contratante;</p>				
----	----	----------	--	--	--	--	--

Observações Importantes:

Franquia:

- 20.000 (vinte mil) cópias/impressões mensais, com previsão de 5.000 (cinco mil) cópias por equipamento.
- A franquia é compensatória entre os equipamentos. Ou seja, só há que cobrar as cópias/impressões do mês quando estas suplantarem o número de 20.000 (vinte mil).
- O valor unitário da cópia/impressão excedente (além da franquia), corresponderá a 90% do valor da cópia/impressão unitário da franquia mensal global, ou seja, 20.000.

10. DA SUB CONTRATAÇÃO

É expressamente vedada a sub-contratação das obrigações assumidas neste Contrato, sem o prévio e expreso consentimento da Contratante.

11. DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

- a) locação de quatro máquinas reprográficas conforme características mínimas, informadas no título II;
- b) Manutenção das máquinas, às suas expensas, **incluído o fornecimento de tonner**, objetivando seu perfeito funcionamento;

12. PRAZO PARA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS MÁQUINAS

- As máquinas deverão ser instaladas no prazo de até 10 (dez) dias, após a assinatura do contrato.

13. PARA O RECEBIMENTO

As máquinas deverão ser instaladas, em perfeito funcionamento, dentro do prazo estabelecido no item 12.

- a) O endereço em que deverão ser entregues as referidas máquinas reprográficas é: Av. Getúlio Vargas, 3999 - Canarinho – Boa Vista – RR (encontra-se aberto a partir da 8h00);
- b) Serão recusados todos os serviços que desatendam às especificações de qualidade ou quantidade definidas neste Termo de Referência.
- c) Após a instalação, serão realizados testes de funcionamento, com emissão de relatórios que devem informar o número de copias emitidas. O treinamento para os que devem utilizar as máquinas, deverá ser feito no dia da instalação das máquinas.

14. DAS PENALIDADES

A contratada, nos casos de atraso injustificado assim considerado pela Administração, ou de inexecução parcial ou ainda de inexecução total da obrigação, ficará sujeita, com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993 e sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

A penalidade fundada em comportamento ou conduta inidônea ensejará impedimento de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, na forma do disposto no art. 7º da Lei 10.520/2002.

As penalidades previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 1 poderão ser aplicadas juntamente com a pena de multa prevista na alínea “b” do mesmo item.

As penalidades previstas nas alíneas “c” e “d” acima também poderão ser aplicadas à CONTRATADA, caso tenha sofrido condenação definitiva por fraudar recolhimento de tributos, praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos da licitação ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração.

Caso a empresa vencedora se recuse a anexar proposta de preços nos termos do Edital, a assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo indicado ou ainda a dar o recebimento no empenho, sem motivo justificado, ficará caracterizado o descumprimento total da obrigação. Em consequência, ser-lhe-á aplicada a multa prevista na alínea “b” do item 1, no percentual de 10% sobre o valor de sua proposta, podendo ser cumulada com a pena prevista na alínea “c” do mesmo item.

O atraso injustificado na entrega/execução do objeto desta contratação ou qualquer outra infração contratual sujeitará a Contratada à multa de **0,33%** por dia de atraso, calculado sobre o valor total do contrato ou sobre a parte não entregue/executada, até o limite de 30 (trinta) dias corridos.

Após esse prazo, será reconhecida a recusa do fornecedor, podendo a Administração considerar rescindido o contrato e aplicar a multa prevista no item 7 deste instrumento, sem prejuízo de outras penalidades previstas no item 1.

Nas hipóteses em que não esteja fixado previamente o termo inicial ou final para cumprimento de obrigações, o Contratante, mediante hábil notificação, fixará os prazos a serem cumpridos. O descumprimento da obrigação no prazo fixado constituirá em mora a Contratada, hipótese em que estará sujeita à sanção prevista no subitem 6.

A inexecução parcial ou total deste instrumento por parte da Contratada poderá ensejar a rescisão contratual, com cancelamento do saldo de empenho e a aplicação da multa no percentual de 15% (quinze por cento) sobre a parte não entregue/executada ou sobre o valor total contratado, sem prejuízo de outras penalidades previstas no item 1.

A Contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados para o cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, acompanhada de pedido de prorrogação, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do Contrato; ou que impeça a sua execução, por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência.

A solicitação de prorrogação, contendo o novo prazo para execução, deverá ser encaminhada ao Contratante até o vencimento do prazo inicialmente estipulado, ficando exclusivamente a critério do Contratante a sua aceitação.

O pedido de prorrogação extemporâneo ou não justificado na forma disposta nesta cláusula será prontamente indeferido, sujeitando-se a Contratada às sanções previstas neste instrumento.

Descumprida a obrigação no prazo fixado, poderá o Contratante, por exclusiva vontade, estabelecer data-limite para seu cumprimento, hipótese que não elidirá a multa moratória prevista no subitem 6.

O valor da multa poderá ser deduzido dos créditos porventura existentes em favor da Contratada. No caso de inexistência de créditos, o valor das multas devidas à Contratante deverá ser recolhido ao Tesouro Nacional, por meio de GRU (Guia de Recolhimento da União), no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação para recolhimento, ou ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente (art. 86 da Lei 8.666/1993).

A aplicação das penalidades previstas neste instrumento será precedida de regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa e ensejarão seu registro no SICAF.

Caberá recurso, em relação ao ato que aplicar quaisquer das penalidades previstas neste instrumento, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação.

Sinaida Castro Rodrigues

Supervisora da SECAM



Documento assinado eletronicamente por **Sinaida Castro Rodrigues, Supervisor(a) de Seção**, em 07/03/2022, às 10:35 (horário de Brasília), conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.trf1.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **15173964** e o código CRC **A0052A9B**.